

# OS ADMINISTRADORES DA REAL FAZENDA DE SANTA CRUZ - RIO DE JANEIRO, 1760 A 1821.

Thales Gustavo Tardivo Costa\*

## Resumo

Este trabalho é fruto de uma pesquisa que venho realizando no curso de Mestrado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e cujo intuito é investigar o quadro de administradores que dirigiu a Real Fazenda de Santa Cruz, situada na região oeste da cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1760 e 1821. Durante este período, esta imensa propriedade pertenceu a Coroa portuguesa que, por sua vez, não mediu esforços para transformá-la em uma fazenda-modelo para todo o Império. Este trabalho propõe delinear alguns traços do perfil sociopolítico dos homens que administraram a *pérola da Coroa* - como era chamada na época - na transição do século XVIII para o XIX.

**Palavras-chave:** Administradores. Real Fazenda de Santa Cruz. Perfil Sociopolítico.

Maria de Fátima Gouvêia destaca que a historiografia sobre o Império Ultramarino português tem dedicado, nos últimos anos, maior atenção a análises de trajetórias administrativas de indivíduos ou grupos que circularam pelo ultramar lusitano, inseridos em um complexo sistema imperial de distribuição de cargos e mercês. A autora também registra que “essas trajetórias puderam ainda viabilizar a formação de uma memória acerca de problemas e soluções implementadas no exercício da governabilidade no ultramar”. (GOUVÊIA, 2001, 287)

Assim, a investigação histórica das trajetórias de homens ligados à administração portuguesa no Império Ultramarino desvela-se em um importante entendimento da própria governança desta monarquia ibérica nestas localidades. No caso da Real Fazenda de Santa Cruz, investigar quem eram os homens que a Coroa portuguesa julgava serem aptos para transformarem este lugar em um rentável parque agropecuário que, posteriormente, serviria de

---

\* Mestrando da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Trabalho de pesquisa Financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

modelo para todo o império, significa lançar algumas luzes sobre os projetos que Portugal tinha para o ultramar na transição do século XVIII para o XIX. Em especial, para a colônia do Brasil.

No ano de 2014, desejeoso de conhecer mais sobre a história do bairro de Santa Cruz, situado na atual Zona Oeste do Rio de Janeiro, tive contato com uma coleção intitulada *Santa Cruz: fazenda jesuítica, real e imperial*, escrita e organizada pelo memorialista Benedicto de Freitas. Esta coleção foi publicada em três volumes entre os anos de 1984 e 1986. Segundo o próprio Freitas, a intenção com a publicação da obra seria:

*[...] apenas descrever, ainda que pouco dotado de estilo, fases marcantes de uma localidade que, situada à relativa distância da sempre capital do país, possui uma história rica de feitos e tradições, mesmo hoje retratada no seu convidativo bucolismo de envolta com a promissora fase de sua recuperação econômica e ostentando na sua evocativa paisagem, seus monumentos arquiteturiais, marcos centenários de uma época tão faustosa quanto a das celebradas cidades da “gloriosa província Fluminense”. (DE FREITAS, 1984:16)*

Por estas linhas, percebe-se que a intenção de Freitas era preservar a memória da localidade que, segundo ele, era extremamente gloriosa. Benedicto de Freitas não era historiador de cátedra. Trabalhava como funcionário público e residia em Santa Cruz. Tal condição pode ter possibilitado o seu acesso a toda exaustiva documentação que menciona em seus trabalhos. Logo se vê, pela maneira saudosista com que o “historiador de Santa Cruz” se refere ao passado da região no tempo da monarquia e dos padres,<sup>1</sup> que Freitas não se propõe apenas a descrever, mas a valorizar e defender esta história. Neste sentido, o memorialista funda um jornal e até mesmo tenta ingressar na carreira política a fim de combater em nome dos interesses da Zona Rural do Rio de Janeiro.

Foi através desta obra que pude conhecer fatos importantes da história de Santa Cruz, e que de certa maneira, não são desconhecidos pelos moradores do bairro, sendo, até mesmo, comentados e transmitidos na região. É o caso, por exemplo, das longas e marcantes estadias do Príncipe Regente, Dom João VI em sua casa de veraneio estabelecida no local. (DE FREITAS, 1985: 51-99) Ou da impressionante escravaria da fazenda no tempo dos padres jesuítas, que chegou a contabilizar 1.016 escravos, conforme o inventário do tombo realizado em 1759. (ENGEMANN, 2013: 220)

---

<sup>1</sup> A Fazenda de Santa Cruz pertenceu primeiramente ao Colégio da Companhia de Jesus estabelecido no Morro do Castelo, no Rio de Janeiro. Foram os padres jesuítas os fundadores e demarcadores desta grandiosa propriedade que ficou conhecida como Curral dos Padres, devido à enorme quantidade de currais para cabeças de boi que ali se encontravam. Os padres permaneceram nesta região de 1589 até 1759, ano do tombamento desta propriedade pela Coroa portuguesa e da consequente expulsão dos religiosos destas terras. Para maiores informações ver ENGEMANN, C; AMANTINO, M. (orgs.). **Santa Cruz**: de legados dos jesuítas a pérola da Coroa. 1ª Ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

A partir disto, passei a pesquisar trabalhos acadêmicos que discorressem sobre a história da Fazenda de Santa Cruz. E, assim, pude observar que, majoritariamente, os estudos se concentravam principalmente no período jesuítico da fazenda, enquanto sobre o íterim de tempo proposto nesta pesquisa pendia certo vazio historiográfico. Tal ocorrência, talvez se explique pelo fato do período jesuítico ser apontado como a fase áurea na existência desta propriedade. Em contrapartida, a fase real foi descrita como um período oscilante produtivamente onde:

*Analisando um pouco da história de Santa Cruz através de seus administradores, podemos perceber como esta permaneceu abandonada por aqueles que foram destinados a esta competência. Sua terra e atividades pastoris permaneceram abandonadas e improdutivas, mesmo com várias tentativas de incentivos de novas culturas agrícolas por parte de alguns administradores, esta grande quantidade de área agrícola inexplorada ocasionou em invasões de terras por posseiros, sendo posteriormente os foreiros, gerando um grande problema para a fazenda. (CORREA, 2014: 169)*

Esta visão sobre os administradores da Real Fazenda de Santa Cruz aparece quase de maneira consensual nos relatos memorialistas sobre a fazenda.<sup>2</sup> E, de certo modo, a historiografia também confirma que esta foi uma fase de decadência na história da propriedade. A partir destes dados, comecei a indagar sobre quem eram estes homens que tinham sobre suas costas o peso de, além de administrarem um imenso e complexo parque agropastoril, como era a Fazenda de Santa Cruz, tinha que continuar a gerar as receitas que a propriedade gerava no tempo dos padres jesuítas.<sup>3</sup> Procurei verificar se, de fato, estes funcionários da Coroa eram pessoas despreparadas, que não possuíam as capacidades profissionais para gerir a fazenda.

A Real Fazenda de Santa Cruz era um latifúndio onde a dimensão de suas terras alcançava números impressionantes. José Newton Coelho Meneses calcula algo em torno a 435.600 hectares, isto equivale a 10% de todo atual território do Estado do Rio de Janeiro. (MENESES, 2013:80) Se, quantitativamente, a dimensão destas terras era imponente, a sua produção não ficava atrás. Eram inúmeros os recursos desta propriedade, e os jesuítas souberam tirar proveito de cada um deles. A vasta malha hidrográfica da região abastecia os campos, onde se produzia milho, arroz, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, banana, algodão, dentre outros

---

<sup>2</sup> Ao lado da obra anteriormente mencionada de Benedicto de Freitas, temos como importantes relatos memorialistas sobre a Fazenda de Santa Cruz, os artigos Memórias sobre a Fazenda de Santa Cruz, escrito por Manoel Martins do Couto Reis e História da Imperial Fazenda de Santa Cruz, escrito por José Saldanha da Gama, ambos publicados na revista do IHGB, ainda no século XIX. É importante ressaltar que ambos foram administradores da Fazenda de Santa Cruz, e escreveram estas obras ainda no bojo das transformações administrativas pelas quais estava passando a propriedade. Para mais informações sobre Manoel Martins do Couto Reis ver ENGEMANN, C; RODRIGUES, C; AMANTINO, M. Os Jesuítas e a Ilustração na administração de Manuel Martins do Couto Reis [...], **Revista Unisinos**, Rio de Janeiro, v. 13, n.3, p. 242-252, set./dez., 2009.

gêneros alimentícios. (FRIDMAN, 1999:186) Além disso, os jesuítas construíram uma complexa rede de canais e valas que levavam água para os currais. Eram dezenove no total, e abrigavam cerca de dez mil cabeças de gado. A fazenda contava ainda com diversos outros setores produtivos como a “Casa de pescaria”, as oficinas de olaria, carpintaria e ferraria, dentre outras, e algumas casas manufatureiras voltadas ao fabrico de manteiga, tecidos e farinha. (MENESES, 2014: 73-104)

A partir da expulsão dos jesuítas no ano de 1759, a Coroa portuguesa detinha sob seu poder, uma unidade produtiva de enorme potencial e que poderia cumprir a função de abastecimento, não somente da capitania do Rio de Janeiro, mas até mesmo poderia exportar para outras partes do Império português alguns gêneros alimentícios. Cabe destacar que, a partir da segunda metade do século XVIII, Lisboa propõe novas políticas para seus domínios ultramarinos, com o intuito de melhor explorá-los economicamente, e superar a crise financeira que abatia os cofres régios.

As mudanças administrativas, técnicas e materiais que a Fazenda Santa Cruz vivenciou a partir de 1760, estão inseridas nestas reformas animadas pela Coroa portuguesa, e que se encontravam pautadas “na crença de que a regeneração da metrópole dependia da racional exploração da superior natureza ultramarina”. (SILVA, 2006:190) Então, a partir da ótica ilustrada de estadistas portugueses, Santa Cruz passou por grandes modificações. Principalmente a partir de 1808, com o estabelecimento da corte na cidade do Rio de Janeiro, onde a propriedade passou a ter que atender às novas demandas de abastecimento da cidade. Além disso, ela se tornou um precioso pólo de recepção de gêneros alimentícios que vinham de Minas Gerais e São Paulo (CARVALHO, 2013: 275-290)

Internamente, a Fazenda de Santa Cruz precisou reestruturar seu quadro de funcionários, de modo a atender a estas novas demandas da Coroa. Assim, em 28 de janeiro de 1768, o então governador da capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade criou o cargo de administrador da Real Fazenda de Santa Cruz. No mesmo ato, nomeou para o cargo o tenente José Correia Vasques, membro da poderosa família fluminense dos Correia Sá, ligada a fundação da cidade do Rio de Janeiro. (FREITAS, 1985: 9-11) Aliás, foram os vice-reis os grandes responsáveis por nomearem administradores para a Fazenda de Santa Cruz. Uma tendência que permaneceu até o ano de 1808, quando, a partir de então, o próprio D. João VI toma para si esta tarefa, elegendo homens de sua confiança, como Leonardo Pinheiro de Vasconcelos e Joaquim José de Azevedo. Ambos conselheiros de Sua Majestade.

A proximidade dos administradores com os vice-reis e o histórico de serviços prestados por eles a estes funcionários da coroa é um elemento que entrelaça o grupo. Muitos administradores já haviam desempenhado algumas funções importantes junto ao vice-reis. É o caso do próprio José Correia Vasques que já havia atuado em campanha militar no sul do país como subordinado de Gomes Freire de Andrade, como relata o documento *Demarcação do Sul do Brasil pelo governador e capitão general Gomes Freire de Andrada, 1752-1757*. (IMPRESA OFICIAL DE MINAS GERAIS, 1933: 91)

No ano de 1751, Gomes Freire de Andrade era enviado ao sul do país, mais especificamente a uma região conhecida como Sete Povos das Missões, que havia sido permutada com a coroa espanhola. Entretanto, os jesuítas e indígenas aldeados na região não queriam deixá-la. Assim, Sebastião José de Carvalho e Melo envia tropas comandadas por Gomes Freire de Andrade com a missão de desocupar a região e demarcá-la. Esta missão não era possuidora somente de aspecto militar, mas também diplomático, onde se estabeleceu a necessidade da negociação com os indígenas e jesuítas para a resolução do conflito. (RIBEIRO, 2009: 1-10)

Deste modo, Gomes Freire de Andrade, ao optar pelo nome de José Correia Vasques para administrar a Real Fazenda de Santa Cruz, escolhe alguém de sua confiança, com que já havia atuado antes em campanhas militares e que, decerto, acumulou alguma experiência na resolução de conflitos de cunho, não somente militar, mas político. É possível que o vice-rei tenha escolhido um homem que continha, dentre as características vistas como necessárias à administração da Real Fazenda de Santa Cruz, a diplomacia. E, além disso, sabia dar o tom enérgico da doutrina militar quando necessário.

Este aliás, é um elemento nevrálgico para esta pesquisa, pois é significativa a presença de militares que compuseram o quadro de administradores da Real Fazenda de Santa Cruz. Ao todo, dos nove homens que geriram a propriedade de 1760 a 1821, seis eram militares. De fato, esta classe era possuidora de alguns privilégios que muito ajudariam na gestão da fazenda, como o porte de armas, maior capacidade na mobilização de homens tendo em vista reprimir levantes escravos, e proteção para encargos administrativos. (RODRIGUES, 2015: 1-12)

Deve-se levar em conta que, por diversas vezes, escravos e indígenas estabelecidos na Aldeia de Itaguaí se uniram para fazer oposição aos administradores quando estes representaram um risco as concessões e a margem de autonomia que ambos os grupos herdaram desde os tempos jesuíticos. Fugas em massa, indisciplina no trabalho, roubo de carne, saque à

armazéns, depredação de ferramentas, cercas e outros bens materiais, e até mesmo atentados contra a vida de funcionários da fazenda são alguns exemplos de sublevações escravas e indígenas que ocorreram em Santa Cruz. (GOMES, 2005: 341-417)

Alguns administradores não hesitaram em utilizar um aparato policial e militar para reprimir as sublevações de escravos. O primeiro relato de um administrador a solicitar reforço militar para reprimir levantes de escravos ocorreu durante a administração de Brás da Silva Rangel (1768-1770). Rangel era um ex-guarda da fazenda, que teve que lidar com furtos frequentes de cabeças de gado, insubordinações e revoltas. (DE FREITAS, 1985: 13) Outrora, Brás da Silva Rangel era o responsável pelo entreposto da guarda que ficava no Rio Itaguaí, local onde eram escoadas importantes mercadorias da Fazenda de Santa Cruz. Decerto, Rangel possuía experiência no que diz respeito a fiscalização e à coibição de desordem. Tal experiência, provavelmente, contribuiu para sua nomeação. Porém, alguns administradores optaram por seguir outro caminho, e precisaram conciliar o uso da força com a capacidade de negociação com escravos e indígenas.

Tendo em vista que estes grupos eram numerosos, e altamente coesos no que diz respeito ao entendimento de direitos e deveres recíprocos entre a administração da Real Fazenda de Santa Cruz e a escravaria/indígenas, alguns administradores se utilizaram de práticas paternalistas e buscaram dar continuidade à tradição de concessões iniciadas pelos jesuítas. (PEDROZA; TAVARES, 2013: 241-272)

Além destas questões internas, deve-se também considerar que a Real Fazenda de Santa Cruz ocupava uma faixa litorânea extremamente importante e estratégica do ponto de vista militar, pois “permitia o acesso à capitania de São Vicente e, pelo litoral, acompanhava parte da rota da prata vinda de Buenos Aires”. (FRIDMAN, 1999: 186). Por este motivo as regiões litorâneas da Real Fazenda de Santa Cruz, como a Baía de Sepetiba e toda região costeira de Mangaratiba eram sempre vistas como possíveis alvos de ataques de piratas, assaltantes e contrabandistas. Afinal de contas, esta região já possuía um histórico de ataques sofridos por corsários franceses na região de Angra dos Reis e Paraty que ocasionou muitos prejuízos aos moradores da região. (FUNARI, OLIVEIRA, 2013: 5-25)

Regiões do litoral como as baías de Angra dos Reis e Sepetiba, Paraty, Mangaratiba, Itaguaí e Guaratiba eram todas zonas consideradas estrategicamente importantes para a defesa da costa brasileira. Para se ter uma ideia de como a defesa da região estava no debate envolvendo a administração da fazenda e outras autoridades fluminenses, no ano de 1793, o

administrador da fazenda, Manoel Rodrigues Silvano - à época sargento-mor – recebeu do militar Miguel José Barradas uma carta que desvendava um plano de ataque às costas litorâneas da cidade. Julgava José Barradas, serem pontos estratégicos de defesa da cidade do Rio de Janeiro: Sepetiba, Pedra de Guaratiba e Curral Falso. Todos situados na região da Real Fazenda de Santa Cruz, ou próximas a ela. (DE FREITAS, 1985: 24)

Outro elemento importante para o perfil do grupo reside no fato de que parte dos administradores eram homens envolvidos em negócios açucareiros na capitania do Rio de Janeiro. Isto significa dizer que: 1- possuíam um amparo econômico que ia além de seus vencimentos como administrador da fazenda; 2- que mantiveram relações com homens importantes do ramo açucareiro na capitania 3- que estas relações influenciaram na administração da fazenda. Há um caso que é bem elucidativo à nossa questão.

Durante os anos de 1783-87, administrava a fazenda o então sargento-mor Manoel Joaquim da Silva e Castro. Este administrador tinha pela frente a incumbência de reconstruir todo o parque agropastoril da propriedade e restabelecer a disciplina e a ordem na localidade. Uma das principais e mais controversas ações tomadas por Silva e Castro foi avançar sobre as terras indígenas da Aldeia de São Francisco Xavier de Itaguaí, sob acusação de “mau comportamento” por parte dos índios aldeados.

Em 1784, Manoel Joaquim Silva e Castro mobilizou suas tropas e se dirigiu a aldeia, expulsando violentamente os indígenas de suas casas:

Em 1784 foi ele a Itaguaí e fez embarcar os mais exaltados com suas famílias em canoas, fazendo-os rumar para longe da fazenda, indos os mesmos para em Mangaratiba, mais tarde regressando todos, depois de negociações e acordos com autoridades e dirigentes da fazenda. A atitude de Castro foi duramente criticada e voz corrente na época, pretexto de se apoderar das terras dos índios. (DE FREITAS, 1985:22)

O índio José Pires Tavares, estabelecido como capitão-mor na vila, foi até Lisboa e se dirigiu à rainha Dona Maria I, solicitando que os índios pudessem permanecer na região, e condenando as ações arbitrárias do administrador. O curioso é que a rainha ordena a restituição destas terras aos índios em 1790, embora mais tarde tenham novamente perdido a posse destas terras. (DE ALMEIDA, 2013: 43-72). A atitude de Silva e Castro levantou suspeitas do administrador estar agindo, estritamente, segundo seus próprios interesses. Isto é, buscou ampliar seu próprio patrimônio se valendo da condição de administrador da Real Fazenda de Santa Cruz. A hipótese se reforça se levarmos em conta que Silva e Castro recebeu apoio de

seu sócio nos partidos de cana: Manoel de Araújo, detentor de engenhos na região do Grande Méier. (CHACEL, 1999: 17)

O caso de Silva e Castro revela as possibilidades que um homem de negócios como ele tinha ao assumir a direção da Real Fazenda de Santa Cruz. João Batista Correa, com base nos vencimentos anuais pagos aos administradores, conclui que a ocupação do cargo de administrador da Real Fazenda de Santa Cruz concedia uma série de privilégios e direitos políticos durante o Vice-Reinado, como por exemplo, o fato de poderem ser eleitos deputados, ter acesso a recursos e emolumentos, além de adquirirem prestígio social na região. (CORREA, 2014: 166).

Contudo, o fato dos vice-reis escolherem homens que já possuíam reservas financeiras, também foi extremamente positivo para a Real Fazenda de Santa Cruz. Sabemos que no fim do século XVIII, a Coroa portuguesa já não possuía tantos recursos financeiros para investir em suas propriedades do ultramar. Não poucas vezes, os administradores tiveram que aplicar recursos próprios na Fazenda de Santa Cruz. Se tratando de uma sociedade de Antigo Regime, a remuneração por estes gestos de fidelidade à Sua Majestade se dariam na forma de concessões régias “ou ainda adquirir a forma de novos serviços, como a administração de bens da Coroa ou de postos com mais prestígio” (FRAGOSO, 2001: 44)

Deste modo, tentei delinear aqui alguns pontos que julguei relevantes acerca do grupo de homens que administraram a Real Fazenda de Santa Cruz, de 1760 a 1821. Contudo, é válido ressaltar, que muitos outros traços do perfil sociopolítico deste grupo ainda permanecem na penumbra devido a escassa documentação – e a conseqüente dificuldade em acessá-la-, mas também devido ao fato de que poucos historiadores debruçaram seu olhar sobre esta propriedade que durante muitos anos foi motivo de atenção e de esforços por parte da Coroa portuguesa, que buscou transformá-la em fazenda-modelo para todo o Império lusitano.

## Referências Bibliográficas

### Fontes

CHACEL, Cristina. **Bairros do Rio: Méier e Engenho de Dentro**. CARVALHO, Gabriela (Ed.). Rio de Janeiro: Fraiha Produções, 1999.

DE FREITAS, Benedicto. **Santa Cruz: Fazenda jesuítica, real e imperial**. Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas, 1985, Vol. II.

IMPrensa Oficial de Minas Gerais. Demarcação do sul do Brasil [...] **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano XXIV, fasc. I, 1933

### Bibliografia Citada

CORREA, João Batista. Uma história administrativa de Santa Cruz. **Anais do I Fórum discente do mestrado em História do Brasil da UNIVERSO**, 2014.

ENGEMANN, C; AMANTINO, M. (orgs.). **Santa Cruz: de legados dos jesuítas a pérola da Coroa**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

FRAGOSO, João Luís R. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (século XVI-XVIII). In: FRAGOSO, J; BICALHO, M. F; GOUVÊIA, M. de F. (orgs.). **Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 29-71.

FRIDMAN, Fania. Rio de Janeiro imperial: a propriedade fundiária nas freguesias rurais. In: \_\_\_\_\_. **Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

FUNARI, Pedro Paulo A; OLIVEIRA, Nanci V. Contribuições da Arqueologia Histórica para os estudos dos assentamentos costeiros sul-fluminenses. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, São Paulo, pp. 5-25, jan./jun.; 2013.

GOMES, Flavio dos S. Uma tradição esquecida: mocambos na capitania do Rio de Janeiro. In: \_\_\_\_\_. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005.

GOUVÊIA, Maria de Fátima. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, J; BICALHO, M. F; GOUVÊIA, M. de F.

(orgs.). **Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 286-315.

RIBEIRO, Mônica da S. Ampliação jurisdicional e ascensão social: a segunda fase do governo do Conde Bobadela no centro-sul da América portuguesa (1748-1763). **Anais**. Fortaleza: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, 2009.

RODRIGUES, Ana Paula S. Engenhos e famílias da freguesia de santo Antônio de Jacutinga e Iguacu, Rio de Janeiro, Século XVIII. **Anais**. Florianópolis: ANPUH – XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015.

SILVA, Ana Rosa C. Estadistas luso-brasileiros na transição da corte para o Brasil, 1808-1814. In: \_\_\_\_\_. **Inventando a Nação**. Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português: 1750-1822. 1ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2006.